

Possibilidades do Agronegócio no Estado do Rio de Janeiro



Realização



**Sociedade
Nacional de
Agricultura**

Inteligência em Agronegócio desde 1897

Apoio



ABRAMVET
ACADEMIA BRASILEIRA
DE MEDICINA VETERINÁRIA

Seminário realizado em 20 de fevereiro de 2019
no Auditório da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)
Av. General Justo , 171, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro

Coordenação:

Luiz Octavio Pires Leal, médico veterinário, membro da
Abramvet e editor do site Animal Business Brasil

Fotos dos palestrantes: Cristina Baran

Realização



**Sociedade
Nacional de
Agricultura**

Inteligência em Agronegócio desde 1897

Apoio



ABRAMVET
ACADEMIA BRASILEIRA
DE MEDICINA VETERINÁRIA

Sumário

Prefácio

Uma opinião pessoal

Luiz Octavio Pires Leal

Editor da revista Animal Business Brasil e
Coordenador do seminário

1º Painel

*Os desafios da agricultura no Estado do
Rio de Janeiro*

Alberto Figueiredo

Diretor da SNA e ex-secretário de Agricultura
do RJ

2º Painel

*E agora José? O futuro do agronegócio no Rio de
Janeiro*

Sylvia Wachsner

Coordenadora do CIOrgânicos

3º Painel

*Estado do Rio tem aptidão para aumentar
produção de orgânicos*

Fábio Ramos

Diretor da Agrosuisse

4º Painel

*Falta segurança dos alimentos consumidos
no Rio e no País*

Carlos Alberto Magioli

Auditor Fiscal Agropecuário

5º Painel

*Empresas precisam inovar para continuar
no mercado*

Paulo do Carmo Martins

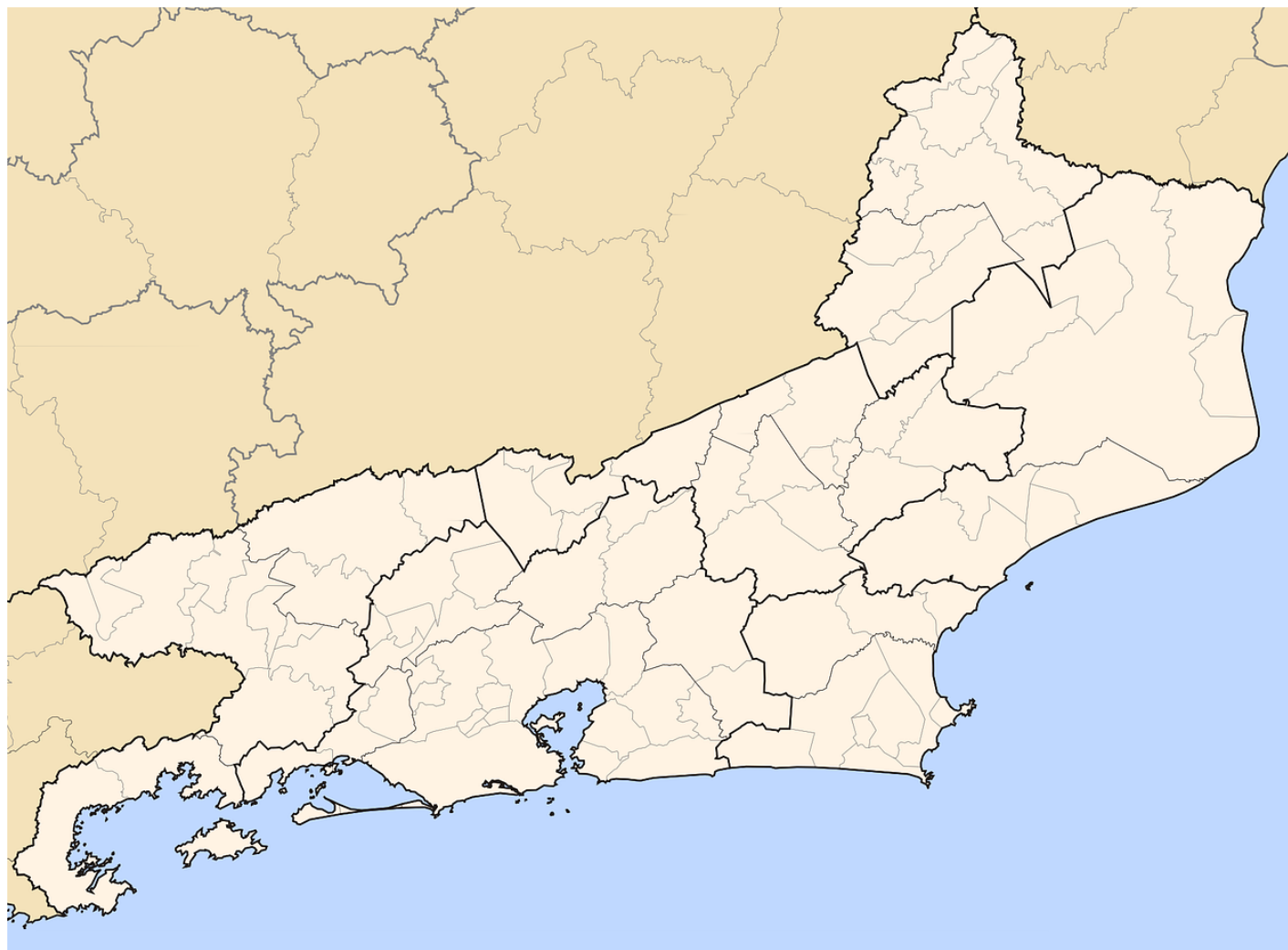
Chefe geral da Embrapa Gado de Leite

6º Painel

*Faltam profissionais para assistência técnica
no Estado do Rio*

Ricardo Mansur

Ex-diretor da Emater-Rio



O Rio de Janeiro tem hoje somente 13% de lavoura coberta por seguro rural. O produtor rural enfrenta os riscos do negócio, como a flutuação no mercado internacional, pragas e problemas climáticos. É preciso que se institucionalize um bom seguro rural e que o governo aumente a subvenção, que ainda é infima.

Antonio Alvarenga
Presidente da Sociedade Nacional
de Agricultura

Prefácio

Uma opinião pessoal



É fundamental compreender que a inovação, criando produtos confiáveis, práticos, produzidos segundo as normas de sustentabilidade, de respeito ao produtor, ao consumidor e à natureza, são imprescindíveis. E imprescindíveis são também as técnicas avançadas tanto de produção e comercialização, como de propaganda, marketing, administração e distribuição.

Luis Octavio Pires Leal

Editor da revista Animal Business Brasil e coordenador do seminário

Exponho nesse artigo minha opinião pessoal sobre o seminário “Possibilidades do Agronegócio no Estado do Rio de Janeiro”.

Sendo pessoal, significa que não tem o endosso total ou mesmo parcial da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), em nome da qual não estou autorizado a me manifestar, nem, igualmente, do CRMV-RJ - Conselho Regional de Medicina Veterinária, nem mesmo da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, embora desta seja membro-titular.

Fica claro, portanto, que o que vem a seguir é o meu ponto de vista pessoal, de 60 anos lidando com os diversos aspectos do mais recentemente denominado agronegócio, na condição de veterinário, jornalista e ex-avicultor.

A primeira e óbvia conclusão é que o progresso das mais diversas atividades econômicas acontece apesar e não com o concurso do poder público. Embora seja assim em todo o nosso País, no presente caso me refiro especificamente ao Estado do Rio de Janeiro.

E porque a referência específica ao Rio? Por dois motivos: o primeiro, para ser coerente

com o propósito do seminário, e o segundo porque, em termos de agricultura, nosso Estado está sendo dirigido por leigos sem a menor experiência tanto em agronegócio como em administração pública, e como políticos seu interesse maior é em votos, o que faz absoluto sentido.

A tão propalada escolha dos dirigentes pelo critério do mérito não passa de uma promessa vazia. É preciso “agradar” os congressistas, caso contrário eles não aprovam nada, ainda que seja do maior interesse do Estado.

As principais entidades da Secretaria de Agricultura estão falidas e praticamente sem possibilidade real (em que pesem alguns “espasmos” de esperança) de recuperação.

Destaco o caso da Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, admiravelmente bem estruturada, incluindo técnicos da melhor qualidade em seus escritórios regionais e locais em quase todos os municípios do Estado, além de contar com o maior arquivo de interesse do agronegócio do Rio.



O seminário foi realizado no auditório da SNA, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 20 de fevereiro de 2019. Imagens acima e ao lado: Cristina Baran



Abdul Nasser, superintendente OCB/Sescoop-RJ; Romulo Spinelli, presidente do CRMV-RJ, e Edino Camoleze, médico veterinário e membro da Abramvet. Imagem: SNA



Aristeu Pessanha Gonçalves, presidente da Amverj; Vinícius Mesquita, presidente da OCB/Sescoop-RJ, e Sylvia Wachsner, coordenadora do CI Orgânicos. Imagem: SNA



Edino Camoleze, médico veterinário, e
Luiz Octavio Pires Leal, coordenador do seminário.
Imagem: Cristina Baran



A Pesagro-Rio, outra instituição da Secretaria de Agricultura, vive numa tradicional penúria de verba, em que pese, como no caso anterior, abrigar uma equipe do mais alto nível.

Apenas para dar uma ideia da citada penúria: há anos a Pesagro-Rio teve todos os seus telefones cortados e, no momento em que escrevo, continua nessa situação. Caso semelhante é o da Superintendência do Ministério da Agricultura no Rio, há décadas comandada por políticos - para dizer o menos! - e que há mais de cinco anos não tem telefonista.

Terminada a seção de “queixas e reclamações”, que não foi o propósito do seminário, na minha opinião - e coerente com o que disseram os profissionais do primeiro time que proferiram suas palestras no evento - o que pode ou deve ser feito para o progresso do agronegócio no estado do Rio de Janeiro?

Inicialmente, reconhecer que a pouca área do Estado não é desculpa para o não desenvolvimento do agronegócio. Aí estão os exemplos da Suíça (topografia muito acidentada e clima hostil), da Holanda (com boa parte do território abaixo do nível do mar) e de Israel (solo paupérrimo, pouca água e clima insuportável). Esses países têm área menor do que o do Rio e um agronegócio importante.

É fundamental compreender que a inovação (palavra da moda), criando produtos confiáveis, práticos, produzidos segundo as normas de sustentabilidade, de respeito ao produtor, ao consumidor e à natureza, são imprescindíveis. E imprescindíveis são também as técnicas avançadas tanto de produção e comercialização, como de propaganda, marketing, administração e distribuição.

O “desmame”, o “corte do umbigo” das instituições oficiais também me parece fundamental para acabar com essa tradição maléfica de esperar do Estado - principalmente de um falido como o nosso, que venha em socorro das atividades privadas.

Concordo com o que diz o grande Jean Monnet, criador da Comunidade do Carvão e do Aço, precursora da União Europeia e que, ao lado do grande Winston Churchill, convenceu o presidente dos Estados Unidos a entrar na Segunda Guerra Mundial, o que foi decisivo para a vitória dos aliados: “Nada é possível sem o homens. Nada é duradouro sem as instituições”.

Mas aqui em nosso caso, é preciso conhecer bem as “instituições”, seus propósitos, seus dirigentes, muitos dos quais delas se aproveitam para promover grupos de trabalho, viagens, relatórios, reuniões...inúteis. Isso, para dizer o menos.

A seguir, apresentamos um resumo da opinião dos especialistas que, a nosso convite e sem nenhum outro interesse que não o de servir ao nosso Estado, participaram do seminário.

Esse resumo contou com a competência do jornalista Luis Alexandre, assessor de imprensa da SNA, instituição que forneceu toda a estrutura para a realização do evento.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2019

Luiz Octavio Pires Leal
Coordenador do Seminário

Contato: lovetpiresleal@gmail.com



O Rio de Janeiro produziu 495 milhões de litros de leite em 2017. Imagem: ALERJ

Os desafios da agricultura no Estado do Rio de Janeiro



O aumento da produtividade das áreas, a liberação de terras para outras culturas e ampliação da participação interna no consumo do estado são alguns dos desafios do setor agrícola do Rio de Janeiro.

Alberto Figueiredo

Diretor da SNA e ex-secretário de Agricultura do RJ

A realidade e os desafios da agricultura no Rio de Janeiro foram alguns dos temas abordados por Alberto Figueiredo, ex-secretário estadual de Agricultura e diretor da SNA, durante o seminário “Possibilidades do agronegócio no Estado do Rio de Janeiro”, promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura-SNA, no final de fevereiro. O evento teve o apoio do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (CRMV-RJ) e da Academia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet). Figueiredo apresentou sugestões que, segundo ele, poderão beneficiar, de forma estrutural, a Secretaria de Agricultura.

O ex-secretário defendeu um órgão público “atento às necessidades dos atuais e futuros produtores rurais, das indústrias de transformação e do processo de comercialização, e também competente para apresentar soluções ou conquistá-las”.

Figueiredo forneceu dados sobre a composição do Estado do Rio e divulgou resultados preliminares relativos ao Censo Agro 2017. Entre outros aspectos, ele destacou que o PIB do Rio é de R\$ 671 bilhões, correspondendo a 10,16% do PIB nacional.

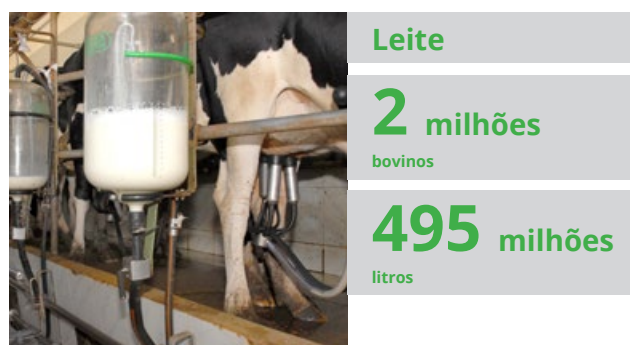
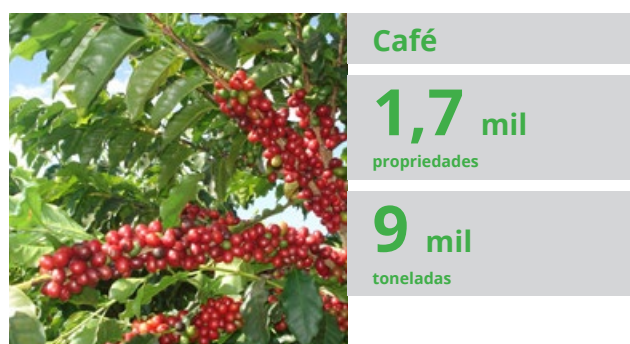
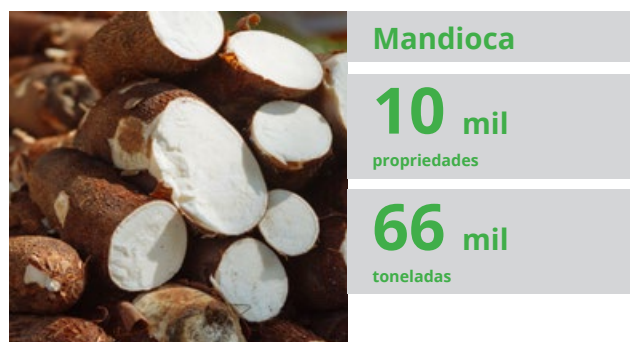
Estabelecimentos agropecuários no RJ

A área total dos estabelecimentos agropecuários, de acordo com o Censo, é de 2,4 milhões de hectares. Do total de propriedades, 4,4 mil cultivam cana-de-açúcar – sendo que produção estadual alcança 1,6 milhão de toneladas. Outros 10 mil estabelecimentos produzem mandioca, com 66 mil toneladas. A produção de laranja é de 25 mil toneladas em 1,6 mil estabelecimentos, e a de café totaliza 9 mil toneladas do tipo arábica e 158 toneladas de canephora, cultivados em 1,7 mil estabelecimentos.

Ainda segundo dados preliminares do Censo Agro 2017, na pecuária, o efetivo de bovinos no estado soma 2 milhões e a produção de leite de vaca atinge a 495 milhões de litros. Por fim, 161 mil pessoas são ocupadas com atividades agropecuárias.

Figueiredo pontuou que o faturamento do produto agrícola “da porteira para dentro” é de dois bilhões e 800 milhões de reais, e que estes valores correspondem a 0,42% do PIB estadual. Sobre a pecuária leiteira, informou que o número de cabeças por hectare de pastagem

Dados da produtividade agropecuária no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Censo Agro 2017

é de 1,32, com 1.797 litros em média por vaca ordenhada, “resultado muito aquém do que é possível”, assinalou.

Produtividade

Para o ex-secretário, alterando somente o índice de ocupação da terra de 1,32% para 3% e mantendo o mesmo rebanho, será possível liberar 850 mil hectares de terra que hoje estão ocupadas com pastagens, para outras atividades.

“Esse é o maior desafio do Rio de Janeiro. Além de aumentar a produtividade das áreas, precisamos liberar espaço para outras culturas e ampliar a participação da produção interna no consumo do Estado”, ressaltou Figueiredo, que enumerou algumas sugestões para que esses objetivos sejam alcançados.

Uma delas é o conhecimento do uso do solo. O diretor da SNA disse que os técnicos, principalmente os envolvidos com pesquisas, precisam ter acesso aos dados do setor, que podem ser obtidos a partir de um levantamento realizado há alguns anos por encomenda da Secretaria do Meio Ambiente. “Isso será importante para identificar onde há potencial para determinadas culturas e indicar a diversificação de atividades”, explicou.

Nessa direção, Figueiredo propôs a manutenção de um mapa digitalizado, em constante atualização, de uso atual e potencial do solo no estado.

Outra proposta é de que a Secretaria tenha coordenadores técnicos e câmaras setoriais para adaptar os resultados das pesquisas no estado e capacitar os técnicos para assistência. “Dessa forma, eles poderão fazer diferença numa propriedade, por conhecimento de causa”, acrescentou Figueiredo.

Agricultura familiar

Quanto à agricultura familiar, o diretor da SNA propôs uma coordenação executiva para garantir o fomento ao associativismo e a organização de cooperativas e associações que possam efetuar a venda de produtos a órgãos públicos.

Figueiredo acredita que também são importantes o incentivo à agroecologia com agregação de valor a produtos no interior do



Agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro. Imagens: Divulgação

Estado e a integração com o varejo e com o consumidor final. Finalmente, ele salientou o fomento ao turismo no campo como forma de unir a atividade urbana e rural.

Ações e investimentos

No setor de defesa sanitária, o ex-secretário defendeu a implementação de uma estrutura adequada, nos moldes do que é realizado em Minas Gerais; o aprimoramento dos programas de controle; a ampliação das ações na área vegetal, principalmente em relação aos defensivos agrícolas; maior controle de fronteiras e uma legislação de transporte de animais que iniba os deslocamentos nos finais de semana à noite, como forma de evitar a clandestinidade e a transmissão de doenças por falta de fiscalização.

Figueiredo disse ainda que são necessários investimentos na comunicação via internet e telefonia rural; em projetos alternativos de energia, como a solar, por exemplo; na destinação correta dos dejetos de propriedades que, segundo o especialista, poderiam melhorar as condições do solo, e no plantio

de essências exóticas, atividade que, para Figueiredo, pode gerar receita adicional.

No âmbito tributário, o ex-secretário defendeu a fiscalização no envio de incentivos fiscais aos produtores. “Mensalmente o estado abre mão de R\$ 5 milhões para melhorar a remuneração do produtor rural de leite”, destacou.

O que não fazer?

Em seguida, o diretor da SNA falou sobre procedimentos que devem ser evitados para que o agro no Rio possa evoluir, e entre eles, citou a prestação de serviços imobiliários pelo estado, “com o objetivo de alugar prédios da Ceasa para usuários”, e a prestação de serviços com máquinas do estado, “com o aproveitamento de funcionários públicos ou contratados, gerando passivos para a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RJ)”.

“Chegamos à conclusão de que, um estado que não é o maior, precisa ser o melhor”, finalizou o ex-secretário.

Contato: albertofigueiredo@globo.com



Rio enfrenta redução de lavouras permanentes. Imagem: Sylvia Wachsner

E agora, José? O futuro do agronegócio no Rio de Janeiro



O Estado do Rio de Janeiro enfrenta um quadro de pouca industrialização e beneficiamento, escassez de financiamento, diminuição de lavouras permanentes, produção de leite insuficiente e importação de produtos.

Sylvia Wachsner
Coordenadora do CI Orgânicos

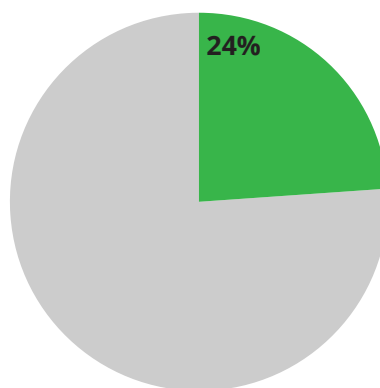
“E agora, José? A festa acabou...”. Citando um conhecido poema de Carlos Drummond de Andrade, Sylvia Wachsner, coordenadora do Centro de Inteligência em Orgânicos (CI Orgânicos) da SNA, abriu sua palestra no seminário “Possibilidades do Agronegócio no Estado do Rio de Janeiro”.

Ao fazer referência a Drummond, Sylvia chamou a atenção para o esgotamento do montante de US\$ 160 milhões destinado pelo Banco Mundial, nos últimos anos, ao agronegócio e a outros setores do Estado.

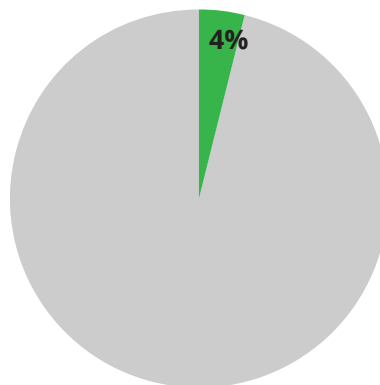
A coordenadora da SNA disse que “no Rio a situação é bastante problemática”, e acrescentou que o Estado enfrenta um quadro de pouca industrialização e beneficiamento, escassez de financiamento, diminuição de lavouras permanentes, produção de leite insuficiente, importação de produtos, entre outros aspectos.

Ao traçar um painel geral da situação no Rio, Sylvia mostrou que o agronegócio representa 4% do PIB, que o Estado é grande importador de processados, e que no segmento de insumos predomina a produção

Participação do agronegócio no PIB do Brasil



Participação do agronegócio no PIB do RJ



Fonte: Cepea/Esalq-USP (2008)

QUADRO 1

Retrato do agronegócio no Estado do Rio de Janeiro

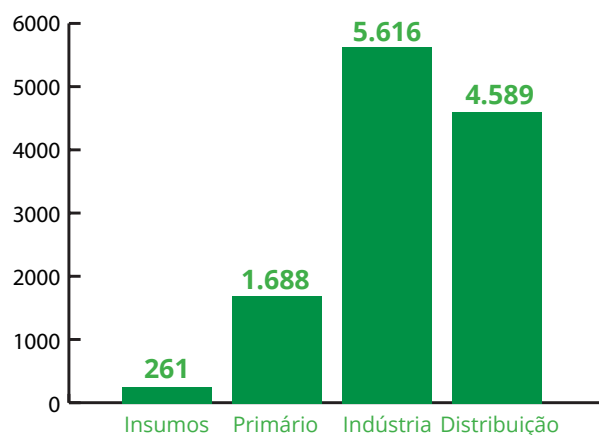
- Alimentos vindos de outros estados abastecem o consumo estadual
- PIB da agricultura recuou 0.6% em 2017
- O desemprego no Estado atingiu 16% (média Brasil é de 13%)
- A população rural diminuiu em 5%
- Pouca industrialização e beneficiamento
- Redução do financiamento do Pronaf

Fonte: IBGE, NT 01/2019/DFDA-RJ, SNA (2017)

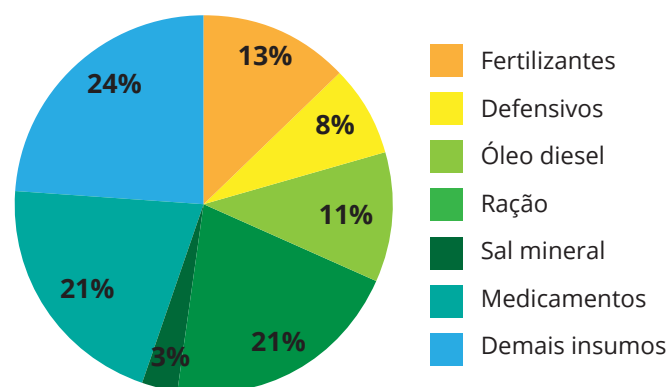
É preciso promover parcerias entre os setores público, privado e terceiro setor, com os produtores e as agroindústrias, para desenvolver produtos diferenciados e com valor agregado, além de incentivar negócios sustentáveis nas esferas econômica, social e ambiental.

Sylvia Wachsner

PIB do agronegócio no RJ (12,2 bilhões)

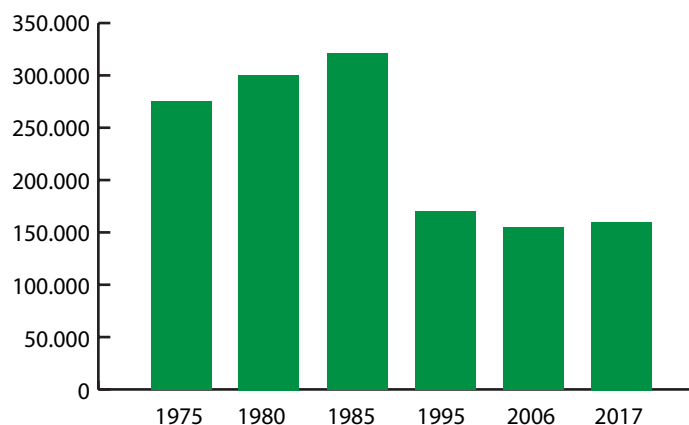


Produção de Insumos no RJ

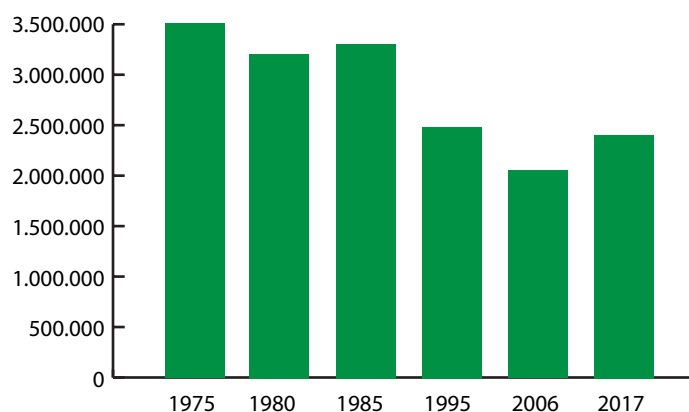


Fonte: Cepea/Esalq-USP (2017)

Pessoal ocupado no campo



Área cultivada (ha)



Fonte: IBGE, Censo (1975-2017)

Rio de Janeiro tem produção de leite insuficiente.
Imagem: Pixabay



de medicamentos e rações. Os dados foram fornecidos pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq-USP).

Além disso, Sylvia disse que a população rural no estado é menor que 5% e que o nível de desemprego atinge 16% (enquanto a média nacional é de 13%).

Propostas

Diante do quadro exposto, a coordenadora da SNA afirmou que “é preciso repensar o agronegócio no estado” e propôs algumas reflexões para o setor.

Entre elas, a reavaliação do impacto das universidades na produção agrícola, com a elaboração de um programa para criar mão de obra e indústrias. Neste caso, Sylvia ressaltou que os especialistas que se formam no Rio geralmente encontram campo de trabalho fora do Estado.

A especialista falou sobre a necessidade de se investir em cultivos agrícolas diferenciados (“Basta da mesmice”) e de transformar produtos provenientes de outros estados para venda no Rio. Defendeu a criação de parcerias entre os setores público, privado e terceiro setor, e entre produtores e agroindústrias, e destacou a necessidade de se criar um estado diferenciado – com valor agregado a seus produtos – e de incentivar negócios sustentáveis nas esferas econômica, social e ambiental.

Contato: sna@sna.agr.br

QUADRO 2

Propostas para o agronegócio no Estado do Rio de Janeiro

- **Agregar valor aos produtos do RJ.**
- **Diferenciar o RJ dos outros estados.**
- **Transformar produtos de outros estados.**
- **Cultivos agrícolas diferenciados (Basta da mesmice).**
- **Produção de insumos.**
- **Produção de maquinaria agrícola para as necessidades locais.**
- **Participação acadêmica na produção agrícola (Agronomia, Engenharia Agrícola, Gestão do Agronegócio, Gestão Ambiental, Veterinária, Zootecnia).**
- **Criação de oportunidades para que graduados fiquem no Estado.**
- **Parcerias setor público, setor privado, terceiro setor (Ganha/Ganha).**
- **Criação de negócios econômica, social e ambientalmente sustentáveis.**

Sylvia Wachsner: “É preciso investir em cultivos agrícolas diferenciados. Basta da mesmice”.



Estado do Rio tem aptidão para aumentar produção de orgânicos



Existe (no Rio) uma aptidão e vocação agropecuária e agroindustrial capaz de torná-lo um grande fornecedor de alimentos, tanto para o próprio Estado quanto para outros.

Fábio Ramos
Diretor da Agrosuisse

O Estado do Rio de Janeiro tem um grande potencial, que pode ser cada vez mais explorado, para a produção de alimentos orgânicos. Em terras fluminenses, sonhar com outras culturas agrícolas, visando à comercialização em larga escala, é correr o risco de perder todo o investimento – e isso nenhum produtor rural quer.

É o que afirmou na palestra “Tamanho não é documento”, realizada durante o Seminário “Possibilidades do Agronegócio no Estado do Rio de Janeiro”, o zootecnista Fábio Ramos, sócio da Agrosuisse – empresa de consultoria com 35 anos de experiência voltada para agricultura e agroindústria no Brasil e alguns países no exterior, em especial na América Latina e África.

Existe vocação

Para Ramos, “existe (no Rio) uma aptidão e vocação agropecuária e agroindustrial capaz de torná-lo um grande fornecedor de alimentos, tanto para o próprio Estado quanto para outros”.

Com experiência acumulada de 35 anos, o carioca Fábio Ramos lembra que o que ele mais escutou em seu trabalho no interior do Rio de Janeiro foi a frase: “se não tiver escala de produção, não tem viabilidade econômica”. “Mas nós não acreditamos nessa situação, porque isso nem sempre foi comprovado”, ponderou.

“Em nosso Estado, ao contrário do que muitas vezes ouvimos, existe uma aptidão e vocação agropecuária e agroindustrial capaz de torná-lo um grande fornecedor de alimentos, tanto para o próprio Estado quanto para outros”, destacou o especialista, durante a sua palestra.

Faltam estratégias

Na opinião de Ramos, o ponto principal envolve a necessidade de criar estratégias que respeitem a realidade do campo, no Rio, e que “tenham condições de desenvolvimento das cadeias agroalimentares, de acordo com o real potencial do Estado e não com paradigmas irreais e não aplicáveis à nossa situação”.

Repolho roxo do Sítio do Moinho
na região serrana do Rio de Janeiro.
Imagem: Sylvia Wachsner



Ao percorrer terras fluminenses, o zootecnista registrou que 66% das fazendas da região têm algum envolvimento com a pecuária: “E eu ousou dizer que 80% a 90% dessas fazendas não ganham dinheiro”.

Correção de solos

Para o especialista, o Estado até poderia ter grandes escalas de produção, se corrigisse um sério problema relacionado ao solo: as propriedades rurais fluminenses não aplicam calcário em suas terras.

“O Rio de Janeiro é um Estado que não corrige o solo. E se você não corrige o solo, não se tem produtividade agrícola, nem pastagem, não tem nada. Começamos, então, a entender um pouco que o sistema de produção é mais importante que a questão da rentabilidade”, comentou o zootecnista.

Ele contou ainda que sua experiência pelo Rio começou por volta dos anos de 1998-1999, quando trouxe a Agrosuisse de São Paulo para a capital. Hoje, a sede fica na Praia de Botafogo, no bairro de mesmo nome.

Tamanho não é documento

Para Fábio Ramos a expressão ‘tamanho não é documento’ representa bem o paradigma de que a ‘escala de produção’ define o resultado econômico e financeiro dos empreendimentos rurais.

“O Brasil possui 851 milhões de hectares, é dividido em cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) e seis biomas (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal, Caatinga, Pampa). Esta característica indica que temos diversos tipos de clima, solo, topografia, recursos hídricos, minerais e florestais, além

das diferentes culturas até em mesmas regiões e biomas. Além disso, existe uma divisão de terras bem diversificada, de um mini produtor rural, até grandes propriedades”, explicou o diretor da Agrosuisse.

“Esta diversidade”, continua ele, “sugere que tenhamos uma visão ampla sobre os modelos de produção a serem desenvolvidos. Com isso, entra em questão se “escala de produção viabiliza empreendimentos agropecuários e agroindustriais”.

Segundo o zootecnista, um princípio que norteia esta visão ampla é o respeito a aptidão e vocação das áreas. “Muitas vezes o desenvolvimento regional não respeitou a verdadeira aptidão e vocação das áreas produtivas, incorporou que o aumento da escala de produção poderia promover resultados satisfatórios e depois se depararam com frustrações e fracassos”, relatou.

Durante os anos de experiência que Ramos obteve na Agrosuisse, ele sempre se deparou com a questão da escala de produção como forma de viabilidade técnica e econômica. “Muitos empreendimentos foram desenvolvidos com a expectativa de que a escala resolve o resultado econômico e financeiro. Para todo serviço, o desafio estava colocado neste sentido, até mesmo em pequenas áreas, o pensamento da escala prevalecia”, ele lembra.

Estudos e análises

Entretanto, ele explicou que os estudos e análises técnicas e econômicas demonstravam que a rentabilidade não está relacionada com a escala e, sim, com eficiência técnica e uma estratégia mercadológica e comercial eficaz. “A partir desta constatação, ao longo do

Panorâmica da horta do Sítio do Moinho.
Imagem: Divulgação



tempo, nos certificamos de que a escala como estratégia de sucesso, pode ser uma grande ilusão”, pontua.

De acordo com o diretor da Agrosuisse, foram diversos os casos que demonstraram ser a rentabilidade o resultado que interessa. “A partir disso, constatamos que empreendimentos podem ser viáveis mesmo em dimensões e escalas reduzidas”.

Resultado econômico positivo

Ramos citou, em sua palestra, a Pecuária de Leite como exemplo. “É muito comum que os produtores de leite tenham o aumento da escala como forma de obter o resultado econômico positivo, porém, o que determina o resultado de um sistema de produção de leite é a rentabilidade da vaca, ou seja, o que adianta a vaca produzir 30 litros de leite por dia e seu custo ser relativo a 32 litros por dia? É melhor ter uma vaca que produz 8 litros de leite por dia e ter um custo relativo a 6 litros de leite, por exemplo. Assim, sobram 2 litros por dia de lucro. Nesta mesma direção podemos ter diversos exemplos”, esclareceu.

Quando se referiu especificamente ao Rio de Janeiro, ele foi taxativo em dizer que essas questões e a experiência da Agrosuisse comprovam que o aumento de escala de produção não é garantia de resultado.

E completou afirmando que, no Estado, ao contrário do que muitas vezes ele ouviu dizer, existe, sim, aptidão e vocação agropecuária e agroindustrial capazes de tornar o Rio de Janeiro um grande fornecedor de alimentos, tanto para o próprio Estado e para outros.

“O ponto é que precisamos de estratégias que respeitem estes princípios e tenhamos

condições de desenvolvimento das cadeias agroalimentares de acordo com o real potencial do Estado e não com paradigmas irreais e não aplicáveis à nossa situação”, recomendou o especialista.

Visão de médio e longo prazo

De modo geral, Ramos vê o “imediatismo” como um grande erro para quem deseja investir ou ampliar seus negócios em campo, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, que apresenta suas peculiaridades.

Para ele, é necessário adotar uma visão de médio e longo prazo: “Tive muitos clientes que sempre tiveram uma expectativa e me perguntavam: ‘Fábio, o que fazemos para ganhar dinheiro logo?’. Isso não existe na agropecuária”.

“Dinheiro em curto prazo, na agropecuária, só existe um: os grandes fundos que compram terras no Centro-Oeste para plantar milho e soja. Em seis meses, eles aplicam o dinheiro e ‘colhem’ esse dinheiro em seis meses. Fora isso, nós nunca vimos”, garantiu o executivo da Agrosuisse.

Caso de sucesso: Sítio do Moinho

Citando um caso de sucesso e de “paciência” no Estado do Rio de Janeiro, ele destacou a história do Sítio do Moinho, primeiro projeto que a Agrosuisse realizou na área de agricultura orgânica na região.

“Em 1988-1989, nós desenhamos esse projeto e o dono da empresa, Dick Thompson, acreditou e topou entrar em uma empreitada de longo prazo.”



Estufa do Sítio do Moinho, no interior do Rio, onde são cultivadas hortaliças orgânicas. Foto: Divulgação

Horta do Sítio do Moinho.
Imagens: Divulgação



Localizado no Vale de Itaipava, na Região Serrana do Rio de Janeiro, o Sítio do Moinho tem 52 hectares e uma área de produção orgânica de cinco hectares. “Temos parcerias com mais 15 hectares, que são outros parceiros produtores, e 73 funcionários”, relatou o zootecnista.

Foco em novas tecnologias

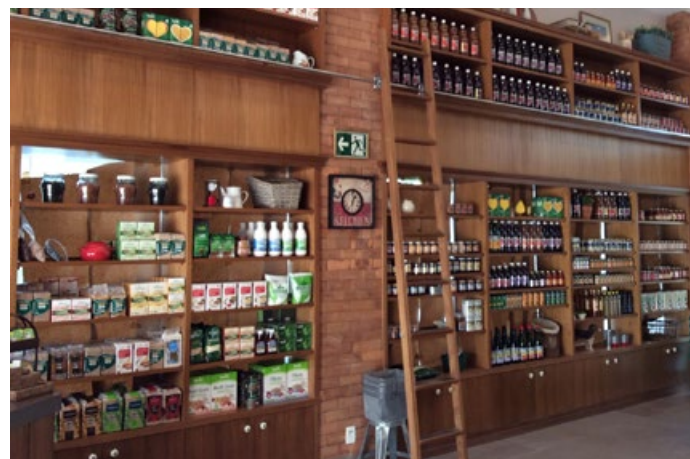
Segundo Ramos, a base de todo o trabalho do Sítio do Moinho sempre foi levar tecnologia ao campo.

“A Agrosuisse ficou lá por cinco anos, quando instalamos uma nova gestão. Nos últimos cinco anos, nós fomos convidados novamente a fazer uma consultoria de gestão. Conseguimos, desde então, consolidar a parte da tecnologia baseada na capacitação dos funcionários e na introdução de tecnologia realmente voltada para a agricultura orgânica.”

“Hoje, eu falo com toda a tranquilidade que a produção orgânica de frutas, legumes e verduras é competitiva em relação à convencional. Mas não consigo ver o Estado do Rio direcionando esforços para uma produção de frutas, legumes e verduras que não seja com base na agricultura orgânica.”

O zootecnista disse que o modelo convencional, que está instalado entre Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo – em toda a região serrana do Estado do Rio – “não viabilizou nenhum produtor e com os custos de adubo solúvel, que temos de importar, e com os custos de agroquímicos, não vamos conseguir viabilizar”.

Ele acredita, ainda assim, na agricultura orgânica como a ideal para o Rio. “Trabalhamos no Sítio do Moinho com muita tecnologia, que vai do escalonamento da produção ao



Produtos, loja e restaurante do Sítio do Moinho.
Imagens: Divulgação

Selos de certificação atestam que o produto tem origem orgânica



monitoramento. Aqui, nós temos um trabalho em que, na época do inverno, sabemos qual é o talhão que dá mais planta invasora e a gente evita aquele talhão ou vai fazer um trabalho de cobertura de solo para conviver com aquilo.”

Certificação

Conforme Ramos, a busca por certificações da produção orgânica no Rio e no Brasil como um todo “é o cerne” (ou, pelo menos, deveria ser) do trabalho do produtor de orgânicos.

“Ninguém mais, que seja profissional do setor agropecuário e da área agroindustrial, trabalha (ou deve trabalhar) fora da lógica das certificações” de alimentos orgânicos, alertou o especialista.

Em sua opinião, “você pode até escolher (não ser certificado), mas se não tiver processos de produção monitorados, uma métrica para poder analisar resultados e tomar decisões, fica muito difícil de obter resultados” com a produção de orgânicos.

“O Sítio do Moinho, por exemplo, tem um sistema de rastreabilidade que permite realmente o controle total da produção”, citou Ramos.

A propriedade é devidamente certificada pelo Instituto Biodinâmico (IBD), empresa que fiscaliza e certifica produtos orgânicos no Brasil, de acordo com as normas nacionais e internacionais.

IBD é a maior certificadora da América Latina e única certificadora brasileira de produtos orgânicos com credenciamento do mercado internacional IFOAM (Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica), ISO Guide 65 (mercado europeu), Demeter (selo biodinâmico, mercado internacional), USDA/NOP (mercado norte-americano) e Inmetro/Mapa (mercado brasileiro).

Para mais informações, acesse <http://ibd.com.br>

Desafios do mercado

A questão do mercado também é um desafio para a produção orgânica no Estado do Rio e até mesmo no Brasil, segundo Ramos.

“Se o produtor rural – principalmente o pequeno e médio – não tiver uma venda mais direta da sua produção, ele não se viabiliza. Se ele quiser entrar no mercado de varejo, ele não se viabiliza”.

De olho nessa viabilidade econômica, o zootecnista elogiou a criação de um circuito fluminense de feiras orgânicas, que inclui especialmente a capital do Rio. “Hoje, existem inúmeras lojas, mercados e restaurantes vendendo produtos orgânicos no Rio.”

Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, na capital fluminense, é exemplo de como a união faz a força no setor.
Imagem: Divulgação



Embora não existam dados oficiais da produção orgânica na região, Ramos acredita que seus produtores estejam abastecendo vários mercados. “E isso é um ponto crescente, quer dizer: a produção orgânica do Estado do Rio de Janeiro tem crescido anualmente. O Sítio do Moinho, por exemplo, teve uma possibilidade de desenvolver pontos de mercados e, atualmente, tem uma loja e um restaurante.”

União dos municípios do Rio

Durante sua palestra no seminário da SNA, Ramos citou outro ponto que exige um esforço em conjunto das cidades do Estado do Rio. “Os municípios precisam criar circuitos em que o setor agropecuário esteja junto ao setor de turismo. Deixo aqui esse recado para o pessoal de Petrópolis, que tem a faca e o queijo na mão.”

O especialista informou que, recentemente, foi publicado que Petrópolis reconhece a agricultura orgânica como uma atividade de destaque. “Se acelerar mais isso e colocar a agricultura orgânica como política pública do município, Petrópolis vai ganhar uma projeção mundial.”

Diante disso, Ramos desenhou um possível cenário: “Nós levamos Petrópolis para a feira BioFach (BioBrazil Fair/Biofach América Latina – Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia) na Alemanha e, lá, Petrópolis leva um prêmio. Atrás de um prêmio vêm as agências fomentadoras com recursos”.

“Hoje, no Estado do Rio, foi citado (em outra palestra do seminário da SNA) que o Banco Mundial financiou o Rio Rural. Mas existem, atualmente, inúmeras agências de desenvolvimento pelo mundo”, ressaltou o zootecnista.

Ele acrescentou que essas mesmas agências querem saber “se (o negócio) tem processo socioambiental, se está certificado”. “Então, é uma grande oportunidade que temos (no Rio).”

Prêmio ‘Fazenda Sustentável’

Ramos também lembrou que, em dezembro de 2018, o Sítio do Moinho ganhou o prêmio de “Fazenda Sustentável”, da Revista Globo Rural, que contou com a avaliação de 200 fazendas do gênero no Brasil.

“No final, concorreremos com uma fazenda que produz 22 mil litros de leite por dia. O Sítio do Moinho ganhou o primeiro lugar por causa de uma auditoria feita pelo Rabobank, que monitora o resultado econômico, social, ambiental e tecnológico”, contou.

O resultado foi recebido com muita satisfação pelos proprietários do Sítio do Moinho: Dick e Ângela Tompson. “Foi uma surpresa para nós, porque nos inscrevemos, fomos passando e quando fomos para São Paulo, para receber o prêmio, o Dick e a Ângela tiveram essa grata surpresa de serem escolhidos. E isso nos honra muito”, disse Ramos.

“O Dick é um empreendedor que investiu 30 anos, teve capital para isso, mas chegou a um resultado. Igual a ele, aqui no Rio, existem inúmeros empreendedores. Ele teve uma visão de longo prazo, teve uma visão progressista de enxergar coisas que estavam no futuro. E nós, da Agrossuisse, tivemos a honra de estar juntos e de poder colaborar para ganhar esse prêmio. Então, estamos muito felizes.”



Camila, Dick e Angela Thompson,
proprietários do Sítio do Moinho.
Imagem: Hudson Pontes

Mudanças climáticas

Ramos também deu outro importante alerta: “Quero dizer que, ao contrário do que muitas vezes estamos ouvindo na esfera federal, o Rio de Janeiro precisa acreditar nas mudanças climáticas e isso inclui o poder público, os empresários e o terceiro setor”.

“Se nós continuarmos colocando em dúvida uma premissa como essa, que já é um fato cientificamente provado, fica difícil de a agricultura e pecuária do Estado se desenvolver.

Profissionalização do campo

Outra solução para a profissionalização do campo, segundo Ramos, está em “olhar – e muito – para a parte de recursos humanos”.

“Como foi falado aqui (em outras palestras do seminário da SNA), temos grandes centros de excelência de formação nas ciências agrárias”, como é o caso da Faculdade de Ciências Agroambientais – a Fagram, que é mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura na capital do Rio, oferecendo cursos de graduação em Gestão do Agronegócio e Comércio Exterior.

“Temos três unidades da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) no Estado e isso, aqui, é que faz a diferença. Se a gente não apostar nisso, não adianta proprietários de terras no Estado do Rio de Janeiro não ter pessoas capacitadas para fazer gestão ou implantar sistemas tecnológicos.”

Para finalizar sua palestra, Ramos reforçou a importância de adotar uma tecnologia avançada e aplicada à produção orgânica.

“Temos mais de 20 tipos de adubos diferenciados e especializados para cada cultura. A agricultura orgânica não é um monte de composto que eu coloco em um canteiro e produzo. Não! A agricultura orgânica envolve a análise de solos e o atendimento das necessidades da planta com adubos naturais”, ressaltou o zootecnista.

Contato: framos@agrossuisse.com.br



A Faculdade de Ciências Agro-ambientais (Fagram) é mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e oferece cursos de Gestão do Agronegócio, Comércio Exterior e Gestão Ambiental. Os cursos são oferecidos na sede da SNA no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Para mais informações, acesse
<http://fagram.edu.br>

Falta segurança nos alimentos consumidos no Rio e no País



O mercado de alimentos no Brasil passa por um processo de descaracterização dos produtos de origem animal, desinformação do consumidor, busca por lucros financeiros em detrimento da qualidade dos alimentos, além da desorganização da cadeia de comercialização no País

Carlos Alberto Magioli
Auditor fiscal agropecuário

Como conciliar a proteção à saúde do consumidor, o atendimento às peculiaridades do mercado e o desenvolvimento econômico, com a segurança alimentar, questionou o médico veterinário e auditor fiscal Carlos Alberto Magioli, no seminário “Possibilidades do Agronegócio no Estado do Rio”.

“A segurança dos alimentos de origem animal está atrelada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, órgão federal que define os critérios inclusive os microbiológicos, de segurança dos produtos que serão consumidos pela população. Cabe à Anvisa definir, para os aspectos sanitários, os organismos patogênicos e, para os aspectos higiênicos, pesquisar os micro-organismos indicadores”, o palestrante do painel.

Magioli disse que, na produção de alimentos, é importante atentar para o aspecto da proteção da saúde pública. “Existem alguns vieses da proteção à saúde do consumidor, entre eles, o atendimento às peculiaridades desse mercado e o desenvolvimento econômico. Necessariamente nessa ordem, porque o primeiro deles é o mais relevante.

Gargalos e perdas de alimentos

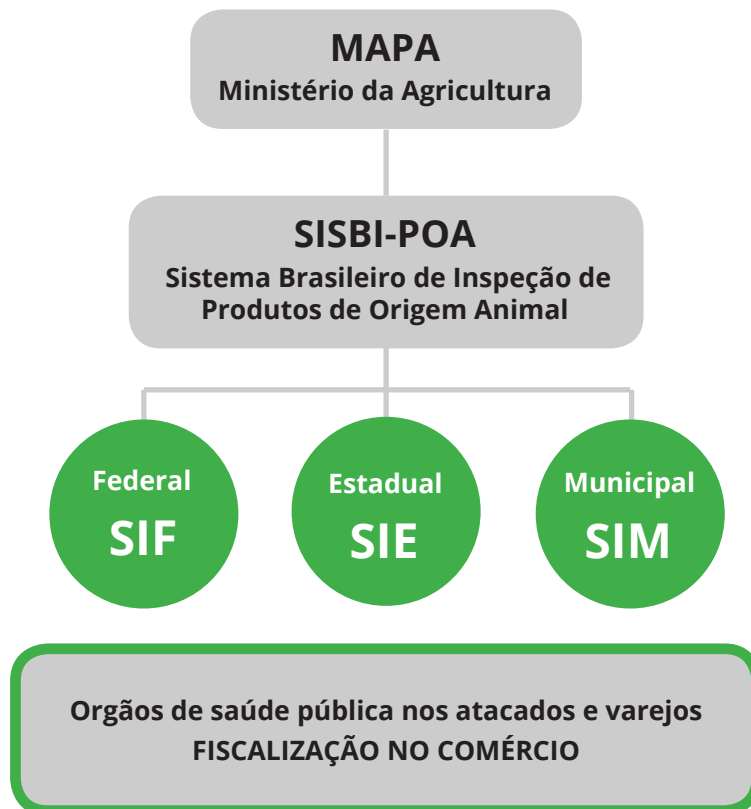
Para Magioli, o mercado de alimentos no Brasil passa por um processo de descaracterização dos produtos de origem animal, desinformação do consumidor, busca por lucros financeiros em detrimento da qualidade dos alimentos, além da desorganização da cadeia de comercialização no País.

“Desconhecemos a procedência de muitos alimentos que consumimos, entre eles a carne, o leite e os seus derivados”, sentenciou o médico veterinário. Por outro lado, observou que “o empresário fica na balança entre o lucro e a qualidade. Na maioria das vezes, negligencia a qualidade em troca do lucro”.

Ele também comentou sobre as perdas de alimentos em território nacional: “Um dado da Abras (Associação Brasileira de Supermercados) do ano de 2017 mostra que o comércio varejista do Brasil perde – ou deixa de ganhar, dependendo de como se interpreta isso – R\$ 7 bilhões com quebras e perdas, o que é um número significativo”.

“Basta qualquer um de nós chegarmos a uma loja qualquer de supermercado para

Órgãos competentes para fiscalização de produtos de origem animal



Fonte: Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

verificarmos que muitos produtos ali expostos, estão saindo da validade e serão jogados fora. E esses desafios são claros para nós, também aqui no Estado do Rio.”

Para Magioli, o governo precisa se posicionar quanto a esse cenário: “O governo tem uma grande responsabilidade, até porque a Constituição do Brasil, em seu artigo 196, diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado. E o artigo 197 diz que cabe ao poder público regulamentar, fiscalizar e controlar as ações de saúde”.

Deficiência de fiscalização

Embora esteja tudo previsto em lei, Magioli alerta para a deficiência de fiscalização dos alimentos comercializados no Brasil, por parte dos órgãos (até então) competentes.

“A inspeção nominal – e no Estado do Rio, infelizmente, tínhamos muito isso – se refere ao produto que leva, em sua identificação ou rótulo, a chancela do órgão fiscalizador, mas na verdade esse produto não é fiscalizado. E isso é uma condição muito pior do que o clandestino”, criticou o auditor fiscal.

Segundo ele, o consumidor – que sabe e reconhece que todo produto de origem animal, de acordo com a Lei nº 1203, tem de ser previamente inspecionado, antes de ser colocado para o consumo humano – não compra alimento sem nenhuma chancela.

“Quando vê, no entanto, um produto que tem um selo de inspeção – seja federal, estadual ou municipal – ele imagina que aquele produto foi inspecionado, passou pelo crivo de um serviço de inspeção. Mas, na verdade, não passou. E por que não passou? Porque o órgão não tem estrutura para fazer esse trabalho”, afirmou Magioli.

Cenário fluminense

Ao reportar a mesma abordagem para o Estado do Rio, ele mostrou um quadro, com data de 25 de janeiro de 2019, do Serviço de Inspeção Estadual: são 449 estabelecimentos cadastrados, sendo 248 de carne e desse total, o Estado tem 36 abatedouros.

“Pela Lei nº 1283 de 1950 e pelo Decreto nº 8444 de 2015 – ambos federais, os abatedouros têm de ter inspeção permanente, ou seja, só

podem funcionar se estiver, lá dentro, uma equipe de fiscalização. E o Estado do Rio de Janeiro, apesar de ter 36 abatedouros, só tem 22 veterinários (para esse trabalho)”, informou Magioli, salientando que esse dado mostra que a quantidade de profissionais não é suficiente para atender 449 indústrias e os 36 abatedouros.

Indústrias de produtos de origem animal com registro no SIE-RJ

Tipo	Quantidade
Carne	248
Mel	40
Ovos	27
Pescado	24
Total	449

Técnicos de inspeção registrados no SIE-RJ

Tipo	Quantidade
Médico Veterinário	22
Agentes Ativ. Agropc.	16
Total	38

O auditor citou que um abatedouro precisa mais do que um veterinário trabalhando na fiscalização: “São nove linhas de inspeção que têm de (ou deveria) ter, pelo menos, dez profissionais: um veterinário e mais nove auxiliares. Em um abatedouro de suínos são sete linhas de inspeção. Então, é impossível, por mais abnegados e competentes que os profissionais sejam, eles não podem fazer tudo sozinhos, não há condição para isso”.

Como consequência, continuou Magioli, a inspeção nominal acaba sendo ineficiente: “Infelizmente, no Estado do Rio, estamos consumindo alguns produtos que têm as chancelas dos órgãos fiscalizadores, mas não são fiscalizados”.

Risco de brucelose

Para o médico veterinário, há uma regra simples que deveria prevalecer quando se trata de segurança dos alimentos.

“Se o produtor usa uma matéria-prima boa, se tiver bons processos tecnológicos e boas condições de higiene, com certeza, ele vai chegar a um bom produto final. Mas se partir



Produtos de origem animal têm de ser previamente inspecionados antes de serem disponibilizados para consumo humano. Imagem: Jairo Backes/Embrapa



Recente pesquisa da Pesagro-RJ constatou a presença da brucelose bovina em amostras de leite. Imagem: Pesagro/RJ



Estatísticas não oficiais estimam que 60% dos abates no estado do RJ sejam clandestinos. Imagem: Pixabay

de uma matéria-prima ruim, não há tecnologia – por mais sofisticada que seja– que transforme uma matéria-prima ruim em um produto bom.”

Magioli questionou como está essa matéria-prima no Estado: “Um trabalho da Dra. Leda Maria Kimura, pesquisadora da Pesagro-Rio, alerta para o consumo de leite in natura, por meio de um levantamento de brucelose bovina. Ela indica que, de 153 mil litros de leite de 1.070 produtores, 45% apresentaram reação positiva para brucelose”.

A descoberta foi feita utilizando o método do *ringtest*, em tanques de expansão em regiões fisiográficas do Estado do Rio.

O especialista salientou o fato de o Brasil registrar um aumento no número de casos de brucelose humana e por acidente vacinal. Para ilustrar, lembrou citações do médico Marcos Vinícius da Silva, infectologista especialista em brucelose humana, que afirma não haver informações oficiais sobre o número real de casos dessa doença no País.

“Não conhecemos a dimensão desse problema, mas apenas parte dele, que são os casos que nos chegam”, disse Silva, citado por Magioli durante sua palestra. Ele também mencionou outra declaração do especialista: “Desconhecemos a procedência de muitos alimentos que consumimos, entre eles a carne, o leite e seus derivados”.

Dados recentes

O auditor fiscal expôs, no seminário da SNA, dados recentes (de 2018) do Serviço de Inspeção Estadual do Rio de Janeiro, referentes a abates no período de 28 de março a 24 de outubro do ano passado.

No total, foram abatidos 580 animais, sendo que 53 deles foram condenados por tuberculose generalizada, ou seja, 9,13% dos animais. “E isso diz respeito somente àqueles casos que foi possível detectar”, disse Magioli.

Índice de condenação de bovinos abatidos no período de março a outubro de 2018 no estado do RJ

Abatidos	Condenados	Índice
580	53	9,13%

Fonte: Relatório de Condenação, SIE/RJ 2018.

“Convém lembrar que, pelos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 13,5% do gado abatido no Brasil é morto clandestinamente. Em 2017 foram abatidos – em números redondos – 29 milhões de bovinos e processados 33 milhões de peças de couro ou de pele. Obviamente, cada bovino só tem uma pele.”

Magioli explicou que o IBGE considera somente as produções acima de cinco mil peles anuais: “Aqueles curtumes, que processam menos de cinco mil peles anuais, não entram nessa estatística e, conseqüentemente, esse número de 13,5% vai subir um pouco mais”.

Estatística não oficial

“Existe uma estatística não oficial – ou seja, uma ‘estatística oficiosa’ – dando conta de que, no abate de bovinos no Estado do Rio, o número de casos (de clandestinidade) pode chegar a 60%. São dados não oficiais, mas que estão aí.”

Magioli citou um trabalho de pesquisa da Embrapa avaliando que, no Brasil, o índice de abate clandestino de bovinos pode chegar a 45%.

Procedência de vários queijos é desconhecida dos consumidores. Imagem: Pixabay



“Temos casos de brucelose, de tuberculose, entre outras doenças. O Estado do Rio de Janeiro é o segundo maior em casos de tuberculose do País, só perde para o Amazonas. Enquanto a média brasileira de tuberculose é de 33,5 casos por 100 mil habitantes, no Rio de Janeiro esse número sobe para 65,7 casos a cada 100 mil”, informou o especialista.

Embora os números sejam preocupantes, o médico veterinário afirmou que eles não podem ser atribuídos ao consumo de carne bovina, “até porque ainda existem muitas coisas obscuras sobre a transmissão da brucelose pelo consumo de carne ou não, mas são dados que temos no Estado do Rio”.

“Dados do Laboratório Municipal de Saúde Pública do Rio de Janeiro, referentes ao ano de 2018, mostraram que das 5.260 análises de alimentos em geral, 19,22% das amostras foram insatisfatórias, com 106 surtos de doenças transmitidas pelos alimentos”, revelou Magioli.

Sugestões e soluções

Magioli apontou a organização da cadeia alimentar como um pontapé inicial para solucionar problemas que envolvem a segurança dos alimentos para consumo humano. E essa organização começa pela educação sanitária desde a escola. No entanto, ele citou outro problema no Rio.

“O último Censo Agropecuário do IBGE mostra que nós temos 9,2% de analfabetismo, enquanto a média brasileira é de 7%. E algumas dessas pessoas estão produzindo seus próprios queijos, suas linguiças, sem saber do que se trata e no que isso pode representar para a saúde pública.”

Produtor é responsável pelo que produz

O palestrante reforçou que o maior responsável pelo que se produz no País – e é destinado ao mercado de consumo humano – é o próprio produtor. Ainda citou que, antigamente, a indústria tentava se isentar da responsabilidade pela qualidade dos produtos que fabricava.

Ao longo do tempo, no entanto, ocorreram mudanças do próprio regulamento do Ministério da Agricultura, que é de 2018.

“O produtor passou a ser responsável por aquilo que produz. Mas, obviamente, cabe às autoridades incentivar esses produtores. Sempre digo que o produtor de alimentos é uma pessoa diferenciada, é uma pessoa especial. Ele não pode ser comparado a alguém que produz prego, parafuso ou tijolo, porque se um tijolo sair meio torto, o prédio não vai cair por causa disso. Mas se o produtor produzir cem quilos de linguiça e tiver contaminado com *Salmonella*, quantas pessoas vão ser acometidas por um problema de saúde?”, questiona Magioli.

Para ele, é mais que evidente que os produtores conscientes, que têm suas responsabilidades, precisam de mais incentivos: “Agora, é necessário criar mecanismos de punição para os produtores negligentes, para aqueles que não estão conscientes das suas responsabilidades em torno da saúde pública”.

“Não basta só aplicar uma pequena multa, que é o preço de um cafezinho. Ele vai pagar a multa e o valor que lucrou daquela irregularidade.”



Produtores de alimentos de origem animal, como linguiças caseiras, são responsáveis pela higidez de sua produção Imagem: Pixabay

Serviços de fiscalização

O auditor fiscal indicou que, além de organizar toda a cadeia alimentar, é de suma importância (re)organizar os serviços de fiscalização.

“Profissionais dessa área dizem que, no Brasil, não temos um sistema de inspeção. Na verdade, o que temos são serviços isolados de inspeção, que não se comunicam, que usam, inclusive, critérios técnicos diferentes, ao ponto de termos em nosso País uma lei que não existe no restante do mundo: a Lei nº 7.889, que define o nível de comercialização em função do grau de fiscalização.”

Magioli comentou que se determinado alimento foi fiscalizado somente pelo município, ele só poderá ser vendido dentro daquele município. “Se é fiscalizado pelo Estado, só posso vender meu produto também no Estado. Mas o cidadão não é o mesmo? Então, precisamos organizar isso e os mecanismos para tanto já existem.”

Nesse sentido, o veterinário citou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), que existe desde 2006 e o Sistema Brasileiro de Inspeção (Sisbi). “As ferramentas estão todas aí, basta organizar.”

Contato: camagioli@yahoo.com.br

Empresas precisam inovar para continuar no mercado



Consumidores exigem e valorizam qualidade e sustentabilidade nos produtos

Paulo do Carmo Martins
Chefe-geral da Embrapa Gado de Leite

O mundo vive em uma época de trabalho em rede, uma fase que não é possível mais para uma instituição ou uma pessoa querer ser “a estrela”, permanentemente.

“O protagonismo agora é de minutos. A cada 15 minutos alguém assume um novo protagonismo. Para que possamos atuar em conjunto (tanto no agronegócio quanto em qualquer outro setor da economia), temos de trabalhar em rede. A Internet das Coisas já é algo concreto. As máquinas já falam com as máquinas”, disse o economista Paulo Martins, chefe-geral da Unidade Gado de Leite da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), durante a palestra “Pesquisa e Ensino” no seminário “Possibilidades do Agronegócio no Estado do Rio de Janeiro”.

Para acompanhar o ritmo acelerado das inovações tecnológicas, o especialista ressaltou que as empresas, incluindo as do setor agropecuário, precisam inovar e priorizar o consumidor. “Minha geração passou o tempo todo aprendendo que tinha de ser grande e que as empresas tinham de crescer para poder

dominar o mercado. Agora, elas descobrem que a questão não é mais o tamanho, mas a velocidade.”

Neste novo mundo não é o peixe grande que come o peixe pequeno, mas o peixe rápido que come o peixe lento

Klaus Schwab

Na visão de Martins, “quem não tem velocidade, não tem condições de continuar se mantendo. E as grandes empresas passam por esse processo de risco, neste momento. Como ser veloz? Só existe uma fórmula: trabalhar em rede e com quem tem energia. E quem tem energia são os jovens na idade e nas ideias.”

O economista citou empresas que estão acompanhando essa efervescência do mercado: “A Qranio (plataforma que usa a gamificação, ou seja, os *games* para levar aprendizado ao público em geral) é hoje uma

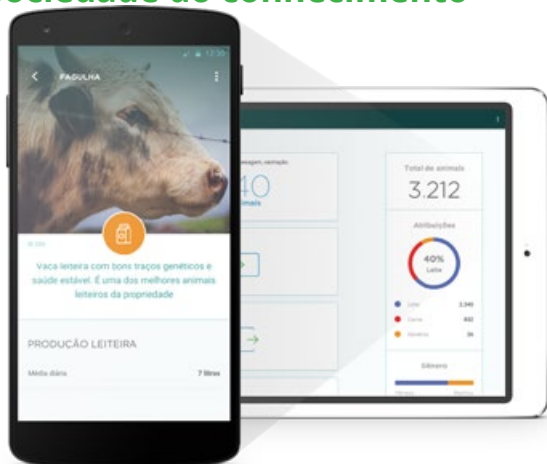


Tecnologias para gestão do agronegócio. Imagem: Horus

empresa apoiada tanto pelo Facebook quando pelo Google”.

“O Bovcontrol (ferramenta online da Embrapa de coleta e análise de dados que visa a melhorar a performance da produção de carne, leite ou genética) já está em quatro continentes. O Agripoint, por exemplo, é o portal de leite mais lido do mundo, apesar de estar em português, e mesmo sendo da primeira geração de startups.”

Sociedade do conhecimento



Aplicativo para gestão da atividade pecuária. Imagem: Bovcontrol

Martins também destacou que, nos últimos dez anos, as marcas que eram as mais valiosas no mercado já não figuram mais no topo: “Nós não temos ainda a lista de 2018, mas só uma restou (nesse ranking): a Microsoft. Todas as demais, que estavam naquela lista (de 2007), não estão mais entre as dez. E um detalhe: as empresas que estão entre as dez mais valiosas do mundo são as de base tecnológica”.

“Nós estamos na sociedade do conhecimento e precisamos conectar nossos cérebros. E se tem uma coisa que o Rio de Janeiro tem, em profusão, é cérebro”, disse o palestrante.

Ao mencionar o cenário agropecuário do Rio, Martins alegou que o Estado não tem condições de competir com Goiás, nem Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que são bons em agronegócio.

“Se o Rio não tomar cuidado, esses estados vão continuar levando seus ‘cérebros’ para lá. E é bom que façam isso porque, se não estamos tendo a competência de reter nossos cérebros, que os cariocas migrem para lá.” No entanto, o economista afirmou “que temos, no Rio, uma capacidade de formar pessoas que o restante do Brasil não tem”.

2007



2017



Apostas equivocadas para os dias atuais

Martins relatou que o mundo passou por cinco grandes ondas de inovação na história da humanidade, após o período da Revolução Industrial. “Estamos caminhando para a sexta onda, mas acredito que o Rio de Janeiro esteja um pouco estagnado na terceira para a quarta onda, porque o Estado (ainda) está muito preso ao petróleo. O Rio apostou seu futuro no petróleo e o petróleo não tem futuro”.

O economista lembrou que países que fizeram suas apostas somente no setor de petróleo, não avançaram. Além de citar os investimentos massivos do Rio nesse segmento, ele também mencionou Minas Gerais, que investiu bastante em mineração. “Ambos se mostram, hoje, equivocadas.”

Na opinião do chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, esses setores envolvem duas indústrias “que não multiplicam riquezas, e não estão vinculadas às novas abordagens do mercado e aos novos cenários que o consumidor exige”.

“Quando falo do Rio de Janeiro ter futuro, é porque tem aquilo que a tecnologia não cria, pois tudo mais – com custos ou sem grandes custos – a tecnologia pode fazer, que é transformar o processo de produção. Mas a tecnologia não cria o consumidor e o Rio tem consumidor, uma grande dívida que precisa ser melhor trabalhada, sem dúvida alguma.”

Mercado leiteiro

Ao tratar de sua área (gado de leite), Martins voltou ao ano de 2007 ao citar a lista das dez empresas mais valiosas desse setor e que, atualmente, só conta com uma nesse ranking.

“Em 2017 – não temos ainda 2018 fechado –, apenas uma empresa (leiteira) se manteve nessa lista: a Embaré. Tudo mais se transformou. A DPA, que era a junção de duas empresas, não existe mais com esse formato; a Nestlé voltou (para o Brasil) e teve de se estruturar. A Lactalis veio para nosso país, porque tem mercado consumidor, mas precisa continuar crescendo e, para tanto, tem de vir para o mercado brasileiro.”

O economista ainda destacou que a Itambé não é mais uma cooperativa e, sim, uma junção de duas empresas. Inclusive apontou que 50% correspondem à Lactalis.

“A empresa Piracanjuba saiu de Goiás e ganhou o mundo, já ganhou o Brasil e está conquistando outros países. As cooperativas brasileiras do Sul vêm mostrando muita vitalidade e elas não figuravam, há dez anos, na lista das dez maiores e agora aparecem”.

A Aurora é outra cooperativa que entrou no segmento de leite para resolver os problemas dos produtores. “Hoje, o que era obstáculo para eles acabou virando uma solução. E a empresa está na sétima colocação entre as dez mais valiosas do setor de lácteos”, apontou o economista.

E continuou exemplificando: “A CCGL, que havia sido extinta, voltou com bastante intensidade. Até a Danone – que não tinha preocupação com a quantidade por apostar em valor agregado – está entre as dez empresas com maior nível de captação de leite”.

Valores do consumidor

Além de inovar no que diz respeito às tecnologias mais recentes, as empresas – incluindo as de agro – também precisam voltar



A cadeia de alimentos orgânicos está crescendo no Brasil. Imagem: Divulgação

seus olhos para os anseios do consumidor, segundo Martins.

“Fato concreto é que esses são os valores que os consumidores estão procurando: qualidade e sustentabilidade. E sustentabilidade vinculada à qualidade.”

O palestrante comentou que, atualmente, tem mais valor de mercado a empresa que trabalha com sustentabilidade tanto com água como energia, levando em conta as condições climáticas de cada região e, especialmente, o relacionamento com as pessoas.

“Esses são os valores que o consumidor está enaltecendo. E quem não produzir vinculado a esse desejo coletivo, não tem mercado”, sentenciou.

Alimentos orgânicos

Dentro dessa perspectiva da sustentabilidade, o economista falou sobre a ascensão do mercado consumidor de alimentos orgânicos, que são produzidos sem agroquímicos. Também aproveitou a ocasião do seminário para citar o trabalho do Centro de Inteligência em Orgânicos, mantido e administrado pela SNA.

“A Sociedade Nacional de Agricultura possui um núcleo que já discute a questão dos orgânicos. Aquilo que era maluquice há 20 anos, hoje desponta como clareza. E cito um exemplo: a Nestlé, que compra leite orgânico no mundo inteiro, tomou a decisão de aprender a desenvolver sua própria cadeia de orgânicos, pela primeira vez no mundo, e escolheu o Brasil para aplicar seus investimentos”.

Martins mencionou novamente a Danone, que começa a ter essa mesma perspectiva de trabalhar com orgânicos. “As empresas estão aprendendo a desenvolver suas cadeias alimentares no Brasil. Mas a questão da proteína alternativa, por exemplo, é complicada e perigosíssima. Será que o mundo realmente vai continuar consumindo carne assim como consome atualmente? Nós temos de estar atentos a esse aspecto.”

Bioeconomia e economia circular

Em um mercado inovador com base no conceito de “nova economia”, Martins também comentou a respeito da importância da bioeconomia (modelo econômico e produtivo que se baseia na sustentabilidade) e da economia circular (conceito estratégico baseado na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia), citando exemplos de empresárias do Sul do País.

“A Insecta Shoes, que surgiu em 2014, é comandada por três mulheres empreendedoras de Porto Alegre, a profissional de Marketing Bárbara Mattivy e as designers de moda Pamela Magpali e Laura Madalosso, que resolveram criar sapatos ecológicos e veganos. Elas não eram do setor (agropecuário), eram urbanas”.

A marca tem como palavra-chave o reaproveitamento, aumentando a vida útil de peças já existentes de maneira criativa e diferenciada. Atualmente a Insecta tem uma linha que usa tecido ecológico, feito de garrafa Pet, utilizando nas impressões das estampas deste tecido, tinta à base de água.

Com o slogan “Calce esta causa”, as empreendedoras criaram lojas físicas para comercializar seu produto inovador, e hoje



Insecta Shoes, sapatos veganos e ecológicos.
Imagem: Divulgação



já estão em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Inhotim (MG), Nova York, Los Angeles, Toronto, Paris, Berlim, entre outros lugares do mundo. Enfim, a empresa já conta com lojas físicas comercializando um produto de preço elevado, com valor agregado, atraindo um público consumidor específico.

Mais um exemplo foi relatado por Martins: “A Boomera é especializada em reciclar aquilo que ninguém recicla como, por exemplo, a ‘guimba’ de cigarro. Quer dizer: estão reciclando o que antes não era reciclável”.

Economia compartilhada

No conceito do Economista, pequenas empresas que estão crescendo rapidamente já entendem que têm de trabalhar sob a ótica da economia circular. “São conceitos que já dão dinheiro, como é o caso da Rentbrella, startup de São Carlos (SP) especializada em emprestar guarda-chuvas, em São Paulo”.

“A Yellow, que possui uma unidade no Rio de Janeiro, se associou a outra empresa para disputar o mercado de transporte de pessoas com a Uber. Quer dizer: é startup disputando mercado com startup, dentro da lógica de economia compartilhada.”

Outro exemplo citado pelo economista foi a Allugator, empresa de Belo Horizonte (MG) especializada em emprestar o que o consumidor compra e usa apenas uma vez ou usa muito pouco, como material para *camping*, câmera para fazer mergulho, entre outros produtos.

“A Vitacon é outra empresa que está mudando o conceito de construção, pois a ideia é de que ninguém mais vai querer ser dono de um imóvel. Já Bag4Days está chegando ao Brasil



Diversas empresas estão inovando e buscando oportunidades em negócios com base na economia compartilhada e na economia circular. Imagens: Divulgação



Sede da Embrapa Gado de Leite.
Imagem: Divulgação

para alugar malas, porque se há um objeto que é caro, pouco usável é a mala.”

Para Martins, “esses são conceitos já implantados de economia circular, de compartilhamento, de energia reciclável, todos eles dentro da lógica que novas empresas estão trazendo e que os cariocas amam profundamente”.

O Rio e suas instituições

Levando em conta o conceito de nova economia, bioeconomia e economia circular, o economista acredita que o Estado do Rio esteja em condição privilegiada.

“Qual lugar do mundo tem essa quantidade de instituições como o Rio dispõe? A Fiocruz também é uma empresa do agronegócio. Aqui, é importante comentar que uma situação é ver o PIB (Produto Interno Bruto) da agricultura e outra é o agronegócio. Quando nos referimos ao agronegócio, estamos dizendo que restaurantes e supermercados são parte do agro. Portanto, o PIB do Rio de Janeiro não é meio por cento do setor, e sim muito mais do que isso.”

Martins também ressaltou o trabalho no setor agropecuário realizado entre a Embrapa e unidades de ensino superior, como a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio) e o Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), trabalhando com a lógica de economia eficiente e de precisão.

O economista apontou ainda as atividades da Embrapa no Rio: “A Embrapa Gado de Leite e a Pecuária Sudeste trabalham com o programa Balde Cheio, além das unidades Agroindústria de Alimentos, Agrobiologia e Solos”.

“O mais difícil é ter as instituições (em determinada localidade do País) e elas já estão aqui. E elas não estão começando agora, são instituições que trabalham no Brasil inteiro, mas não no Rio de Janeiro. E por que não trabalham aqui? Porque não são demandadas”.

O palestrante lembrou de sua visita à Aliança Láctea Sul Brasileira – fórum público-privado permanente, que busca o desenvolvimento harmônico do setor leiteiro dos três estados do Sul do País, a partir da implementação de políticas e iniciativas conjuntas, utilizando as estruturas organizacionais já existentes.

Na ocasião, como chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, Martins se reuniu com três secretários de Agricultura dos estados do Sul para debater questões que envolviam a cadeia do leite, situação que não ocorre no Rio de Janeiro.

A exemplo do Sul, para que o setor agropecuário fluminense retome fôlego, Martins sugeriu mais união: “As instituições precisam trabalhar em conjunto. Não tenho a menor dúvida de que os chefes da Embrapa teriam muita boa vontade de trabalhar com profissionais do Rio. Mas, a meu ver, para ter futuro – porque já temos o passado e o futuro está em construção –, precisamos necessariamente de um processo de conexão entre as diferentes instituições, que já estão aqui e estão disponíveis”.

Contato: paulo.martins@embrapa.br

Faltam profissionais para assistência técnica no Estado do Rio



O Rio de Janeiro precisa de uma extensão rural forte, sendo necessário aumentar o número de extensionistas e garantir o aporte de recursos operacionais, incluindo os de tecnologia

Ricardo Mansur
Ex-diretor da Emater-Rio

A carência de profissionais que prestam assistência aos agricultores foi um dos temas abordados por Ricardo Mansur, médico veterinário e ex-diretor técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), durante o seminário “Possibilidades do Agronegócio no Estado do Rio de Janeiro”. Na ocasião, Mansur citou que, na própria Emater-Rio, existem apenas 298 técnicos para atuar nos 72 escritórios locais da empresa.

“Cada técnico atende atualmente mais de cem agricultores”, destacou, acrescentando que a empresa realizou em média, nos últimos anos, 40 mil atendimentos e que desse total 30 mil foram direcionados a agricultores familiares.

Mansur mostrou que, no ano passado, 75% de agricultores familiares foram atendidos pela Emater-Rio, ao passo que o número de jovens rurais assistidos foi de 5%, e o de mulheres do campo, 17%.

Falta de recursos

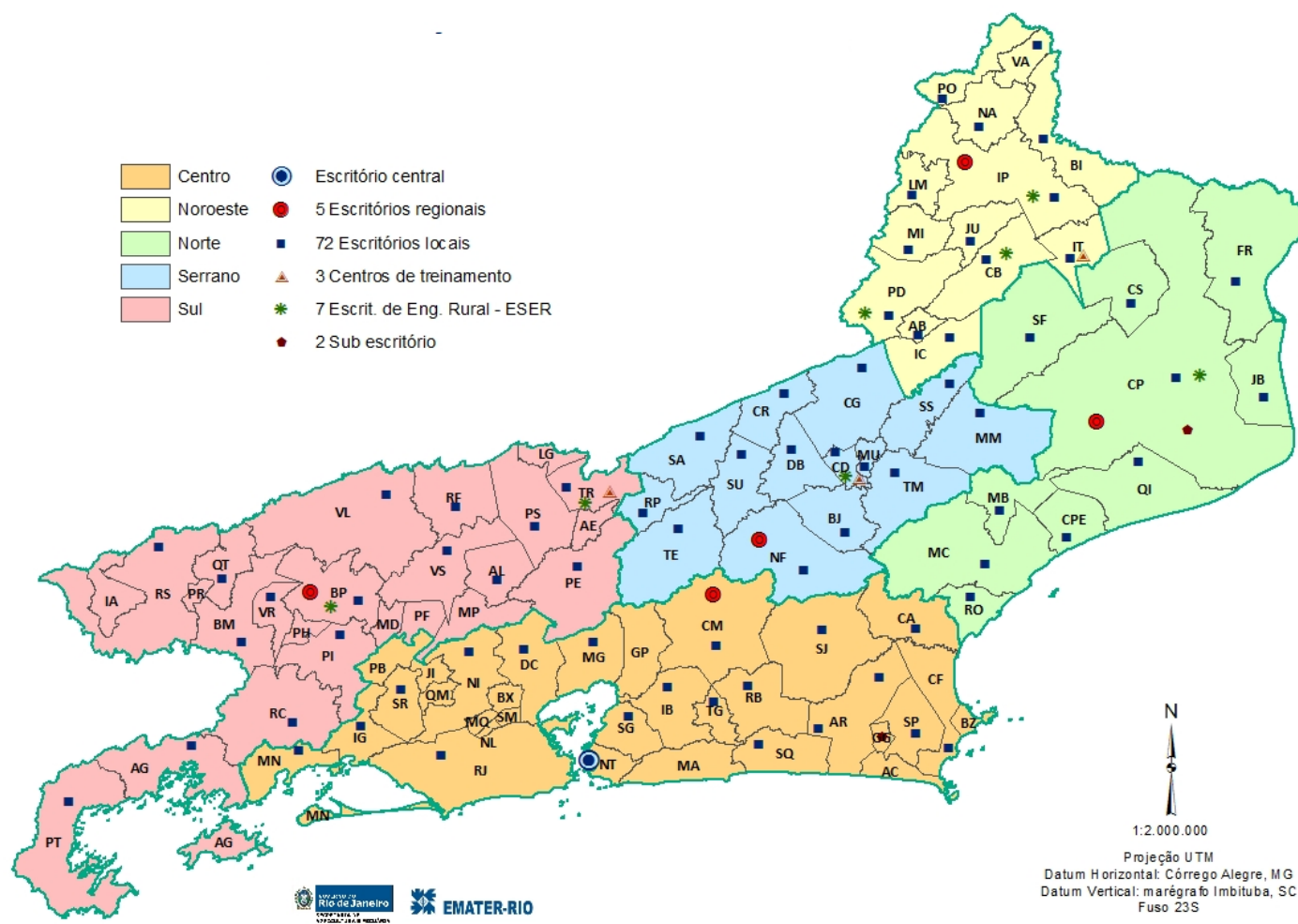
O especialista também chamou a atenção para a falta de recursos no setor, afirmando que é preciso manter convênios municipais “para

oxigenar a estrutura a fim de que ela funcione”, e destacou o êxito do programa Rio Rural que, segundo ele, “apesar de não contar mais com recursos do Banco Mundial, continuará a ser implementado no estado”.

O Programa Rio Rural, executado pela Superintendência de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro (Seapec), objetiva melhorar a qualidade de vida no campo, conciliando o aumento de renda do produtor rural com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Mansur avaliou que “a Emater-Rio é totalmente dependente do Estado que, nos últimos anos, vem praticamente suprimindo apenas a folha de pagamentos”. Segundo o palestrante, “o oxigênio para a operacionalização das ações fica na dependência da formalização de convênios com o poder público municipal, que, na maioria das vezes, está em situação financeira semelhante ao Estado”.

Atuação da Emater no estado do Rio de Janeiro



Público assistido pela Emater-Rio de 2015 a 2018

Ano	Agricultura familiar	% assistida	Agricultura não familiar	% assistida	Outras categorias	% assistida	Total
2015	31.270	73%	8.222	19%	3.196	7%	42.688
2016	33.787	74%	8.730	19%	3.307	7%	45.824
2017	29.464	73%	7.572	19%	3.364	8%	40.400
2018	24.065	75%	5.774	18%	2.417	7%	32.256
Média	29.647	74%	7.757	19%	3.071	8%	40.292

Público assistido pela Emater-Rio de 2015 a 2018

Região	Escritórios locais	2016		2017		2018		Beneficiários assistidos
		Extensionistas	Beneficiários	Beneficiários assistidos	Beneficiários assistidos	Beneficiários assistidos	Beneficiários assistidos	
Centro	19	66	9.465	143	8.146	123	5.656	86
Noroeste	13	63	9.865	157	8.866	141	7.581	120
Norte	10	53	7.694	145	6.815	129	5.868	111
Serrana	14	57	10.572	185	8.733	153	7.418	130
Sul	16	59	8.228	139	7.840	133	5.733	97
Estado	72	298	45.824	154	40.400	136	32.256	108

Fonte: Emater-Rio (Valores parciais até outubro de 2018)

Atividades incentivadas pelo projeto Rio Rural

Atividade	Projetos	Valor aplicado
Olericultura	21.096	57.424.952,24
Bovinocultura	20.879	50.569.323,30
Fruticultura	3.798	8.425.829,20
Pequenos animais	1.101	2.529.973,78
Pesca artesanal	826	1.771.550,40
Apicultura	169	376.705,33
Total	47.869	121.098.334,69

Recursos do Crédito Rural contratados de 2015 a 2018

Região	2015	2016	2017	2018
Serrana	7.247.205,91	8.438.187,23	2.820.537,32	688.932,86
Noroeste	1.888.934,60	1.157.842,65	1.462.436,46	500.829,13
Norte	2.748.166,75	3.770.502,94	4.032.266,12	2.986.217,48
Sul	8.148.408,74	5.613.018,08	6.624.880,64	1.845.417,94
Centro	1.123.991,59	1.329.935,36	1.050.230,60	354.522,83
Total	22.158.722,59	20.309.486,26	15.990.351,14	6.375.929,24

Fonte: Emater-Rio (Valores parciais até outubro de 2018)

Contratos

Mansur observou ainda que os contratos de prestação de serviços com os ministérios e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que, em princípio, poderiam representar alternativa, não puderam ser formalizados “pela impossibilidade de apresentação de certidões isentas de restrições, quase sempre causadas por ações trabalhistas e dívidas com concessionárias”.

O especialista também lembrou que as programações de pagamento são encaminhadas pela Emater à Secretaria de Fazenda (Sefaz), “órgão que realiza ou não os pagamentos”.

Por outro lado, Mansur salientou que “mesmo que os contratos pudessem ser formalizados, haveria a necessidade da existência de recursos em caixa para a realização dos trabalhos e posterior recebimento de pagamentos pelos serviços prestados, o que na situação atual seria impraticável”.

Rio Rural

Ao fazer um balanço do Rio Rural, Mansur disse que 78 municípios fluminenses foram atendidos até o momento pelo programa (incluindo as regiões central, serrana, norte, noroeste e sul), beneficiando um total de 373 microbacias hidrográficas. Cada comitê gestor dessas bacias desenvolve em suas áreas específicas projetos de cunho social.

Em sua maior parte, o Rio Rural incentiva as atividades de olericultura (com mais de 21 mil projetos e investimentos superiores a R\$ 57 milhões), e bovinocultura (com 20 mil projetos e investimentos de R\$ 50 milhões).

“Mediante adiantamentos feitos aos técnicos locais, a Emater-Rio conseguiu atender e elaborar quase 50 mil subprojetos produtivos e ambientais, no valor total de R\$ 130 milhões de recursos não reembolsáveis, que beneficiaram diretamente quase 20 mil produtores em todo o estado”, destacou o especialista.

Ele acrescentou que o Rio Rural também foi importante para a Emater aprimorar o Sistema de Gratificação por Desempenho



Extensionista faz palestra em Dia de Campo sobre a cultura do café. Imagem: Emater-Rio

Extensionista orientando produtores de café em dia de campo. Imagem: Emater-Rio



(GDA). “Além de possibilitar a implantação da cultura de resultados, permitiu a prática do estabelecimento de metas trimestrais”, disse.

Crédito rural

Em relação ao sistema de crédito rural, Mansur afirmou que os recursos contratados por região do Estado a partir de projetos elaborados pela Emater-Rio, no período de 2015 a 2018, totalizaram cerca de 64 milhões e 800 mil de reais, sendo que a área mais beneficiada foi a de bovinocultura de leite.

O palestrante informou ainda que a Emater tornou-se correspondente do Banco do Brasil e, com isso, o produtor rural não precisa mais operar seu crédito junto à instituição financeira, podendo fazer esse procedimento com a empresa de assistência técnica.

Em seguida, Mansur traçou um quadro geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), afirmando que houve um aumento da concessão de recursos, nos últimos anos, por parte do governo federal (em 2017 foram R\$ 54 milhões). Além disso, explicou que 30% desses recursos são destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Extensão rural

Em matéria de informações disponíveis, o especialista destacou que a Emater possui um banco de dados completo em seus diversos segmentos de produção e informou que todos os levantamentos serão disponibilizados no site da empresa.

Ao finalizar sua participação, Mansur disse que o Rio precisa de uma “extensão rural forte”, e para isso afirmou que é necessário “aumentar o número de extensionistas, garantir um aporte regular de recursos operacionais, incluindo os de tecnologia, e manter o sistema de gratificação por desempenho”.

Contato: mansurricardo@hotmail.com

O seminário “Possibilidades do Agronegócio no Estado do Rio de Janeiro” foi realizado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), no dia 20 de fevereiro de 2019, no auditório da SNA, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio da Academia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet) e do Conselho de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (CRMV-RJ).